



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

**DISCURSO DO CHEFE DO ESCRITÓRIO CONJUNTO DO PNUD, UNFPA, UNICEF,  
SENHOR STEVEN URSINO,  
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO FORUM JUSTIÇA 2021  
Praia, 30 de Novembro de 2021**

**Excelência Sra. Ministra da Justiça  
Excelência Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial  
Excelência Senhor Procurador-Geral da Republica  
Excelências Senhores Magistrados  
Excelentíssima Sra Directora Geral da Política da Justiça**

.....

**Distintos convidados**

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Antes de mais, cumprimento aos presentes e agradeço o convite a mim formulado pela Excelência Senhora Ministra da Justiça para participar na abertura deste evento.

Quero saudar aqui a iniciativa de se organizar o Fórum sobre a Justiça, na abertura do ano judicial, todos os anos, chamando atenção da sociedade para este importante sector, e que representa uma oportunidade de se discutir os principais desafios nesta área e de se promover a interação entre o sistema judicial e a sociedade. Afinal a justiça é realizada em nome do povo e para o povo.

Num mundo globalizado e competitivo, um sistema judicial responsivo constitui um recurso estratégico. A segurança jurídica é um aspeto importante para o bom ambiente de negócios e para a competitividade do país. Com efeito, as relações humanas geram naturalmente conflitos e o mais importante é que a sociedade esteja preparada para a prevenção de conflitos, que se promova a paz e que o sistema judicial seja capaz de resolver tais conflitos em tempo útil.

A educação jurídica dos cidadãos contribui muito para que não haja demasiada conflitualidade e se consolide uma sociedade de paz e de coesão social. Nos termos da Constituição e das leis, creio ser importante estimular-se de facto a utilização de meios alternativos de resolução de conflitos o que pode contribuir muito para a diminuição da tensão social e promoção da cultura da paz e, por outro lado, de se aliviar o sistema de excessos de processos. É, no entanto, positivo o aumento do recurso á justiça formal, evitando-se, assim, a justiça pelos próprios meios.



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

Cabo Verde tem tido prestígio em matéria de boa governação no seio da comunidade internacional, mas o país tem se confrontado com desafios importantes e, respeitante à lentidão da justiça e, apesar de grandes esforços feitos para a aceleração da mesma, a morosidade continua a ser uma das principais preocupações dos cabo-verdianos. Assinaláveis esforços vêm sendo feitos por Cabo Verde na realização do objetivo 16 da Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável “a promoção de uma sociedade pacífica, o acesso à justiça, e a construção de instituições eficazes e confiáveis”. Na verdade, o ODS 16 é um catalisador entre os ODS. Para uma sociedade pacífica a justiça é central.

A justiça tardia é justiça negada e tem efeitos negativos para os cidadãos na realização dos seus direitos humanos fundamentais, nomeadamente de segurança pessoal e tem efeito no aumento do sentimento de impunidade, na economia, nas prescrições, nos atrasos na resolução de conflitos de trabalho, nos contenciosos administrativos entre outros.

Sendo Cabo Verde um arquipélago, a digitalização do sistema judicial e a prestação da justiça à distância é certamente uma das formas de permitir maior acesso à justiça, particularmente aos mais pobres, e a contribuir para a aceleração na resolução de processos judiciais. O contexto provocado pela Covid 19 demonstrou ao mundo a necessidade de se avançar na justiça virtual, salvaguardando-se todas as condições de segurança e de preservação dos direitos humanos, nomeadamente de assistência na defesa aos cidadãos. É uma oportunidade para se garantir o direito à justiça aos cidadãos residentes em locais mais remotos

O PNUD e o UNICEF têm desenvolvido uma forte parceria com o sistema judicial e com o Governo em várias áreas com destaque para estudos e produções legislativas para o reforço institucional, incluindo a formação dos Magistrados em início de carreira, avanço nos casos pendentes de clarificação da paternidade em defesa dos direitos das crianças à paternidade e na assistência e informação jurídicas entre outros. Continuamos a apoiar o reforço do sistema judicial, considerando a importância da justiça para a paz social, para a defesa dos direitos humanos e para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Termino, reiterando a disponibilidade do PNUD em continuar a apoiar o país no seu processo de desenvolvimento e a criar as condições para a melhoria da vida dos cabo-verdianos, particularmente no setor da Justiça.

Desejo aos participantes um bom fórum e muito obrigado pela atenção.